

Vamos, senhores: em nome da civilização, calcem-se! A campanha contra o Pé Descalço na primeira metade do século XX

*Come on, gentlemen: in the name of civilizations shoe up yourselves!
The camping against the barfoot on the first half of the 20th century*

*Allez, messieurs: au nom de la civilisation, mettez vos chaussures!
La campagne contre les pieds nus dans la première moitié du 20e siècle*

Tânia Sofia Ferreira

Bolsista de Doutoramento FCT – Lab2PT, Universidade do Minho - Braga, Portugal
tania21mail@sapo.pt

Resumo

Desde 1928 que a Liga Portuguesa de Profilaxia Social protagonizou aquela que viria a ser uma das suas campanhas mais emblemáticas e duradouras, a luta contra o “indecoroso, inestético e anti-higiénico hábito do pé descalço”. A iniciativa surgia no âmbito da tomada de consciência da elevada mortalidade, deformações e amputações realizadas aos membros inferiores, provocadas pelo tétano, a que os pés desnudados estavam continuamente sujeitos.

O objetivo deste artigo passa por analisar o modo como foi abordado o problema do pé descalço, tanto pela Liga como pelas autoridades municipais, no contexto político-social da primeira metade do século XX. Simultaneamente, pretendemos analisar os fatores que explicam o acolhimento e/ou as resistências sociais que se formaram em torno do projeto de erradicação deste problema de saúde pública, no período destacado¹.

A principal fonte de informação consultada foi o Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, sediado no Arquivo Distrital do Porto, que guarda um imenso núcleo documental sobre as iniciativas da Liga a este respeito.

Através de conferências, folhetos, cartazes e artigos nos jornais, a Liga influenciou decisivamente os poderes políticos a tomar medidas contra este problema. Ao mesmo tempo, verificamos que o dinamismo desta instituição teve um papel importante na educação e sensibilização da população para a adoção de práticas de higiene e saúde pública.

O problema do pé descalço adquiriu uma dimensão que extravasou o campo da saúde pública. Foi encarado igualmente como um problema socioeconómico, civilizacional e até patriótico, o que explica o grande acolhimento que a campanha teve nos inícios do século XX em Portugal.

Palavras-chave: Tétano, Medicina Social, Saúde Pública, Portugal.

Abstract

Since 1928, the Portuguese Social Prophylaxis League has led what would become one of its most emblematic and long-lasting campaigns, the fight against the “unseemly, unsightly and unhygienic habit of bare feet”. The initiative came about as part of the awareness of the high mortality rate, deformities and amputations of the lower limbs caused by tetanus, to which bare feet were continually subjected.

The aim of this article is to analyse how the problem of bare feet was addressed, both by the League and by the municipal authorities, in the political and social context of the first half of the 20th century. At the same time, we intend to analyse the factors that explain the reception and/or social resistance that formed around the project to eradicate this public health problem during the period in question².

The main source of information consulted was the Portuguese Social Prophylaxis League Fund, housed in the Oporto District Archive, which holds a huge collection of documents on the League’s initiatives in this area.

The League’s initiatives, through conferences, leaflets, posters and newspaper articles, decisively influenced the political powers to take action against this problem. At the same time, we can see that the dynamism of this institution played an important role in educating and sensitising the population to adopt hygiene and public health practices.

The problem of bare feet took on a dimension that went beyond the field of public health. It was also seen as a socio-economic, civilizational and even patriotic problem, which explains why the campaign was so well received at the beginning of the 20th century in Portugal.

Keywords: Tetanus, Social Medicine, Public Health, Portugal.

¹ A presente investigação centra-se essencialmente na cidade do Porto, onde a iniciativa surgiu, espalhando-se depois pelas principais cidades portuguesas.

² This research is essentially centred on the city of Porto, where the initiative originated, and then spread to the main Portuguese cities.

Résumé

Depuis 1928, la Ligue Portugaise de Prophylaxie Sociale a mené ce qui allait devenir l'une de ses campagnes les plus emblématiques et les plus durables, la lutte contre "l'habitude inconvenante, inesthétique et non hygiénique des pieds nus". Cette initiative est née de la prise de conscience du taux élevé de mortalité, de déformations et d'amputations des membres inférieurs causés par le tétanos, auquel les pieds nus étaient continuellement soumis. L'objectif de cet article est d'analyser la manière dont le problème des pieds nus a été abordé, tant par la Ligue que par les autorités municipales, dans le contexte politique et social de la première moitié du 20^e siècle. En même temps, il s'agit d'analyser les facteurs qui expliquent la réception et/ou les résistances sociales qui se sont formées autour du projet d'éradication de ce problème de santé publique pendant la période en question³.

La principale source d'information consultée a été le fonds de la Ligue Portugaise de Prophylaxie Sociale, situé dans les archives du district de Porto, qui contient une vaste collection de documents sur les initiatives de la Ligue dans ce domaine.

Les initiatives de la Ligue, par le biais de conférences, de brochures, d'affiches et d'articles de journaux, ont influencé de manière décisive les pouvoirs politiques pour qu'ils prennent des mesures contre ce problème. Parallèlement, on constate que le dynamisme de cette institution a joué un rôle important dans l'éducation et la sensibilisation de la population à l'adoption de pratiques d'hygiène et de santé publique.

Le problème des pieds nus a pris une dimension qui dépassait le domaine de la santé publique. Il était également perçu comme un problème socio-économique, civilisationnel et même patriotique, ce qui explique que la campagne ait été si bien accueillie au début du 20^e siècle au Portugal.

Mots-clés: Tétanos, Médecine sociale, Santé publique, Portugal.

1. Introdução - A importância da Liga Portuguesa de Profilaxia Social na luta contra o tétano

Após a Grande Guerra Mundial, o sanitarismo ganhou um novo impulso, influenciando intervenções mais alargadas no campo social, nomeadamente, a divulgação pelo maior número de pessoas dos benefícios para a saúde de práticas preventivas. No seio da sociedade civil nasceram novas instituições com uma participação ativa

no sentido de colmatar lacunas que o Estado não assumia, ou assumia de forma ineficiente, inconformadas com várias patologias que afligiam o organismo social. Foi o caso da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, fundada na cidade do Porto em 1924, por três jovens médicos: Emílio de Magalhães, Gil da Costa e Veiga Pires. Sob o lema "Em Prol do Bem Comum", a Liga desenvolveu uma intensa propaganda de sensibilização e educação para a prevenção de doenças e problemas sociais. Neste âmbito, a instituição teve um importante papel de intervenção médico-social no sentido de divulgar os benefícios para a saúde da adoção de práticas preventivas, princípios de higiene individual e social, através de campanhas de sensibilização para a profilaxia de doenças de grande impacto social. E nisto, uma cidade como o Porto, era paradigmática: assolada por graves problemas de saúde pública como a sífilis, tuberculose, tétano, cancro, lepra, entre outras, que eram responsáveis por uma elevada mortalidade na urbe. Mas não só. Problemas sociais como a pobreza, a mendicidade, o abandono infantil, a habitação, o transporte de pesadas cargas feito por seres humanos, foram igualmente questões prementes que a Liga se empenhou em combater. Apesar do inegável valor e dinamismo médico, social e humanitário que a Liga imprimiu à sociedade portuguesa, e não só, a instituição não logrou um grande apoio por parte do Estado. A Liga foi instituída com verbas dos próprios fundadores e, mais tarde, financiou-se com doações particulares, tendo apenas direito a pequenos e pontuais subsídios do Governo que foram interrompidos em 1940 [1]. Além disso, Veiga Pires, um dos fundadores da instituição, republicano convicto e perseguido pelo Estado Novo, decidiu abandonar o projeto, segundo Ismael Vieira, para não prejudicar a Liga no prosseguimento da sua atividade durante este contexto político [2].

O principal objetivo desta investigação consiste em analisar o modo como foi abordado o problema do pé descalço, tanto pela Liga como pelas autoridades municipais, no contexto político-social da primeira metade do século XX. Simultaneamente, pretendemos analisar os fatores que explicam o acolhimento e/ou as resistências sociais que se formaram em torno do projeto de erradicação deste problema de saúde pública, no período destacado.

Para isso, recorremos ao Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, sediado no Arquivo Distrital do Porto, que guarda um imenso núcleo documental sobre as iniciativas da Liga a este respeito. Aqui, consultamos

³ Cette recherche est essentiellement centrée sur la ville de Porto, où l'initiative a vu le jour, avant de s'étendre aux principales villes portugaises.

e analisamos a “Campanha ‘O Pé Descalço’” (1928-1956), que agrega a correspondência entre os colaboradores da Liga e vários agentes sociais, entre eles autoridades municipais, personalidades e instituições médico-sociais portuguesas; vários textos dactilografados de artigos que saíram nos jornais; e também “Materiais gráficos, cartazes nacionais” (1928-2004), que testemunham a empenho e a criatividade da Liga na sensibilização da população para este flagelo. Em 1956, a Liga publicou o volume “O Pé Descalço. Uma vergonha nacional que urge extinguir”, onde compilou grande parte destes documentos.

2. O tétano – etiologia e tratamento

Antes de avançarmos, será importante perceber a etiologia e a gravidade da doença que despertou a atenção da Liga Portuguesa de Profilaxia Social e das autoridades municipais no início do século XX.

O tétano é uma infecção grave causada pela toxina do bacilo tetânico *clostridium tetani*, potencialmente mortal, que se encontra no meio ambiente e que entra no organismo pelas feridas ou lesões da pele. Uma vez instalado, o bacilo produz neurotoxinas (toxinas que atingem o sistema nervoso) que alteram a função dos nervos responsáveis pela contração muscular.

Os sinais típicos do tétano são a posição opistótono (Fig. 1), devido à contração sustentada dos músculos dorsais, bem como a expressão facial conhecida como riso sardónico, devido à contração dos músculos faciais. Quando esta contração ocorre nos músculos respiratórios pode provocar a morte por sufocação.

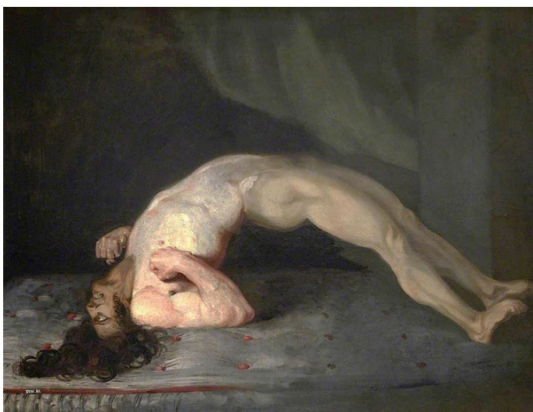


Figura 1: *Opistótono* (tétano) por Sir Charles Bell (1809). Colégio Real de Cirurgiões. Edimburgo

O tétano não é contagioso, sendo que a única forma de proteção eficaz contra a doença é a vacinação. Contrair esta infecção não garante uma imunidade natural, por isso, a população deve vacinar-se várias vezes ao longo da vida. Atualmente, o Programa Nacional de Vacina-

ção inclui uma vacina que deve ser administrada aos 2, 4, 6, 18 meses e 5, 10, 25, 45, 65 anos e depois de 10 em 10 anos [3].

Atualmente, o tétano continua a ser um grave problema de saúde pública em países menos desenvolvidos e onde a cobertura vacinal é baixa. Nomeadamente, o tétano materno e neonatal que ocorre quando os partos são realizados fora do ambiente hospitalar em condições insalubres, com a utilização de instrumentos não esterilizados para cortar o cordão umbilical. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, em 2018, cerca de 25 000 recém-nascidos morreram de tétano neonatal, número que apesar de elevado tem vindo a decrescer ao longo dos anos [4].

3. Educar e reprimir para a prevenção

Não obstante as vicissitudes e dificuldades económicas, a Liga manteve uma profícua intervenção médico-social no seu tempo, constituindo-se um nome incontornável na defesa da saúde pública no século XX. Esta militância pela profilaxia exerceu-a a Liga não só junto das populações, mas também junto das autoridades políticas, com quem manteve um intenso diálogo no sentido de assessorar e influenciar o legislador em matérias de interesse para a saúde das populações.

Foi neste âmbito, que desde 1928, a Liga Portuguesa de Profilaxia Social protagonizou aquela que viria a ser uma das suas campanhas mais emblemáticas e duradouras, a luta contra o “indecoroso, inestético e anti-higiénico hábito do pé descalço”, que estaria na origem da elevada mortalidade, deformações e amputações aos membros inferiores causadas pelo tétano.

De acordo com uma publicação da Liga, em 1927, 12% dos curativos feitos no banco do Hospital de Santo António resultavam do “mau hábito do pé descalço”. Do mesmo modo, na Cruz Vermelha da cidade do Porto, 600 pessoas tinham sido socorridas com ferimentos resultantes deste “pernicioso hábito do pé descalço”. Entre 14 casos de tétano mortais, sete eram devidos a ferimentos nos pés [5].

Durante a primeira metade do século XX, a Liga esforçou-se para pôr fim a esta realidade. Deste modo, veremos que o problema do pé descalço adquiriu uma dimensão que extravasou o campo da saúde pública. Foi encarado igualmente como um problema socioeconómico – pelas avultadas despesas hospitalares no tratamento de doentes com ferimentos nos pés, e pelo acréscimo de encargos para a Assistência Pública, devido à viuvez e orfandade causadas pelo tétano – como

uma questão civilizacional e até patriótica, pela arreada defesa da imagem de Portugal perante um hábito que “envergonhava os portugueses cultos” junto dos estrangeiros que visitavam o país.

Os apelos da Liga chegaram até ao Governo Civil do Porto que, tomado pela consciência da gravidade do problema, vai lançar um “Aviso” à população a 8 de maio de 1928, sobre a absoluta necessidade de “abolir o anti-higiénico uso do pé descalço”. Mais, determinava que a partir do dia 20 de maio desse mês, as pessoas que fossem encontradas descalças na via pública seriam conduzidas para a esquadra e elucidadas sobre os malefícios de andarem sem calçado [5].

Neste âmbito, ao mesmo tempo que o Governo Civil lançava o “Aviso” à população, a Liga fazia distribuir pelos mercados, praças de peixe e artérias mais movimentadas da cidade, impressos e cartazes com avisos e conselhos à população sobre a importância de adotarem medidas preventivas contra o tétano, desde logo, andar calçado (Fig. 2).



Figura 2: Par de alpergatas em madeira, afixadas por parafusos metálicos em suporte de madeira para pendurar horizontalmente. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social - Arquivo Distrital do Porto

A Liga nunca alinhou por um discurso elitista, antes pelo contrário. Sendo a sua missão a de educar e sensibilizar a população para a promoção da saúde, desenvolveu desde cedo uma estratégia comunicacional clara que chegasse ao maior número de pessoas possível, independentemente da sua situação socioeconómica e cultural.

Deste modo, a fotografia e o cartaz, com ou sem imagem, foram os meios de comunicação mais utilizados pela Liga, convertidos assim em poderosos veículos de sensibilização e educação, além de económicos e eficazes no contexto de uma cidade como o Porto com altas taxas de analfabetismo. Neste contexto, mensagens simples e diretas ilustravam cartazes que tinham por objetivo consciencializar a população para o perigo do tétano, bem como para a repressão que se estava a fazer deste hábito.

Como explica Beatriz de las Heras [6] o cartaz trabalha três níveis básicos de comunicação: informação para

estimular a ação; motivação com o objetivo de fazer reagir; e influência no comportamento do indivíduo para a consequência de determinada atitude. Deste modo, visualizar um pé prestes a ferir-se num prego ou um homem amputado de uma perna teria certamente um fácil alcance informativo e interpretativo, assim como um grande poder de persuasão junto das populações para os perigos de andar descalço; não eram necessárias palavras (Fig. 3).

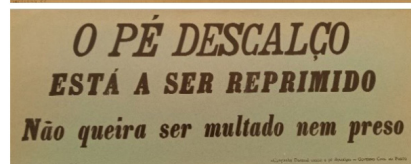


Figura 3: Cartazes distribuídos pelo Governo Civil do Porto no âmbito da Campanha contra o Pé Descalço. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social – Arquivo Distrital do Porto

Os impressos, através da representação de pequenas histórias e dramas pessoais e/ou familiares, foram também um meio de comunicação bastante utilizado para informar/ educar e sensibilizar a população para o perigo do tétano (Fig. 4 e 5). No contexto do Estado Novo, esses impressos, como seria natural, veiculavam marcas discursivas e valores de ordem moral próprios do regime, tais como a importância da família e da pátria.



Figura 4: Mulher lendo um impresso distribuído pela Liga Portuguesa de Profilaxia Social por ocasião da campanha contra o hábito anti-higiênico de escarrar na rua. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social - Arquivo Distrital do Porto

Procurando ser o mais representativas possível da população, estas histórias tinham como objetivo estabelecer um diálogo com o leitor apelando diretamente à sua consciência e responsabilidade individual. Mas não só. Algumas destas histórias pretendiam combater o argumento bastante utilizado pela população de que não comprariam calçado para poupar. Ora, para combater e direcionar o pensamento dos indivíduos para a importância do calçado e, assim, prevenir o tétano, a Liga tentou desconstruir esta ideia mostrando, através de exemplos práticos, que não andar calçado e sujeitar-se a infecções, amputações e até mesma à morte era, na verdade, uma falsa economia e a maior das perdas.

A utilização recorrente de palavras como “Pensai”, “Admiti”, “Avaliai”, assim como de constantes interpelações ao leitor, tinham como objetivo estimular a reflexão nos indivíduos, manipulando sentimentos de culpa e de responsabilidade individual e social. Numa dessas histórias, conta-se a infelicidade de um “humilde chefe de família” que contraíra tétano. Impossibilitado de trabalhar pela amputação de uma

perna, esta “imprevidência” condenara a família a uma vida de dificuldades.

Noutro exemplo, um dos filhos é amputado a uma perna depois de contrair tétano. O internamento deste indivíduo “prejudicou” a assistência a outros doentes (doentes inocentes, entenda-se, que não tinham culpa do seu estado) além de “consumir” importantes verbas hospitalares, situação perfeitamente evitável se tivesse usado calçado. Além do mais, este filho, “incapacitado para o trabalho”, iria, muito provavelmente, “sobrecarregar o pai durante toda a vida”.

Sentenças como estas foram recorrentemente transmitidas não só através de impressos, mas também em artigos nos jornais de maior difusão, como o “Jornal de Notícias” e o “Comércio do Porto”.

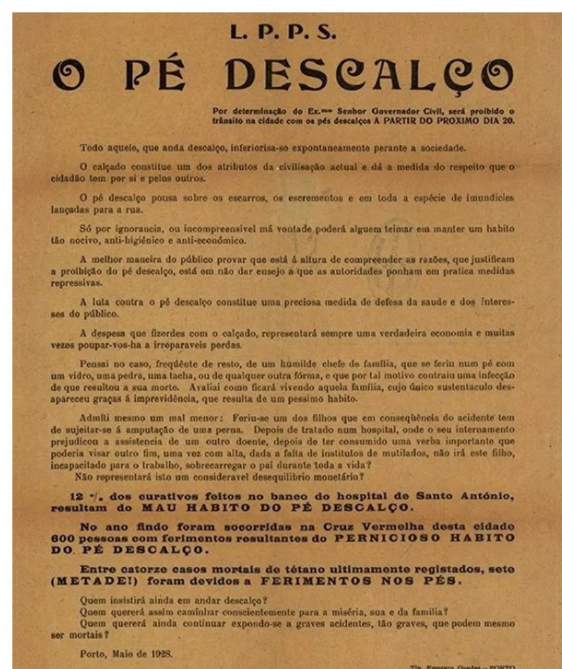


Figura 5: Impresso distribuído pela Liga por ocasião do “Aviso” do Governo Civil do Porto a proibir o pé descalço na cidade. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social - Arquivo Distrital do Porto

No entanto, os efeitos da campanha não foram os imediatamente esperados, o que obrigou o Governo Civil a emitir um novo regulamento, a 27 de setembro de 1928 “sobre o trânsito de pessoas descalças”. Agora, já não em forma de aviso, proibiam-se as pessoas de andarem descalças pelas ruas da cidade, ficando sujeitas a multas e penas de prisão efetivas se infringissem a norma (Fig. 6).



Figura 6: Cartaz distribuído pelo Governo Civil do Porto sobre a proibição de andar descalço na rua. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social - Arquivo Distrital do Porto

4. Pobreza ou usança?

A Liga procurou entender quais os motivos que levavam as pessoas a andar descalças. Entre as razões apontadas pela população estaria a miséria, a falta de meios, mas também o entendimento que de que a despesa com calçado era menos importante relativamente a outras mais prementes, como a alimentação e a habitação. Este foi um dos argumentos mais combatidos pelos colaboradores da Liga. Para eles, o problema do pé descalço não estava na pobreza, mas na usança, num “velho hábito” enraizado em não atribuir aos pés a mesma importância que a outras partes do corpo, mais uma questão de desleixo, portanto, do que de necessidade. Por inúmeras vezes, a Liga fazia notar que até os mendigos andavam calçados, ou que o “garoto dos jornais”, que afirmaria não ter dinheiro para calçado, era visto a comprar cigarros e a frequentar o cinema da Batalha “com prejuízo da sua educação moral” [5], portanto, o problema não estaria na miséria, tendo em conta esta generalização. Numa entrevista dada ao “Jornal de Notícias” a 23 de março de 1928, a direção da Liga explicava:

- *Os mendigos, os pobres de pedir, andam calçados, enquanto as padeiras, hortaliçeiros, moços de lavoura e uma ou outra criança... já se vê que a razão não é de pobreza.*
- *E dinheiro para o calçado?*
- *Deixe-nos dizer: os que não têm dinheiro não se apresentam nus porque são presos, logo porque não se apresentam também calçados? Chinelos, alpergatas, chancas, tamancos, seja o que for, tudo serve – a questão é que não ande o pé descalço [5].*



Figura 7: Imagem do “Notícias Ilustrado”, com a representação de vários tipos de calçado, no contexto da proibição do Pé Descalço nesta cidade a 5 de dezembro de 1931. Hemeroteca Municipal de Lisboa

Outro argumento bastante combatido pelos promotores da campanha, era aquele que defendia a comodidade das “leiteiras, lavadeiras, peixeiras, vendedores de jornais, etc., em fazer longos percursos a pé descalço”, bem como das pessoas cujo ofício era carregar grandes pesos sobre o corpo, “alegando que dessa prática resultaria um maior equilíbrio, sobretudo para as mulheres que transportavam carretos à cabeça” [5].

De facto, em artigos relacionados com o “Julgamentos de pessoas que transitavam descalças pelas ruas” [5] publicados principalmente no “Jornal de Notícias”, em 1954, acedemos a testemunhos indiretos sobre esta reclamada comodidade para os trabalhadores que faziam este género de trabalhos. Era o caso de Jerónimo Pereira Martinho, 21 anos, residente na Rua da Póvoa, no Porto, autuado por andar descalço e presente a juiz. Segundo a notícia, o indivíduo alegou que não trazia socas quando foi multado uma vez que, “como andava a carregar sacos de 100 quilos de sal, tinha medo de escorregar”. A sentença terminou pela absolvição, ficando provado que “o réu andava a fazer carga e descarga de sacos de 100 quilos de peso em cima das costas e era difícil aguentar as socas nos pés, razão essa por que se descalçou para poder efetuar o seu trabalho”. Atendendo às circunstâncias o juiz absolveu-o. Caso semelhante era o da varina Rosa Nunes Cerqueira, que foi presa e dormiu uma noite na cadeia por infringir a postura que proibia andar descalço pelas ruas. Chamada a julgamento terá dito, “O Sr. Juiz não calcula o quanto custa andar carregadas e calçadas. É um verdadeiro martírio...”.



Figura 8: As carquejeiras. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social – Arquivo Distrital do Porto

Ora, sabendo nós que a realidade do transporte de cargas feito por indivíduos era um problema sério na cidade do Porto⁴, acreditamos que o argumento invocado por estes trabalhadores tivesse a sua plausibilidade. Imaginamos que não seria, de todo, prático e cómodo, atendendo ao tipo de trabalho numa cidade de relevo acidentado como é a cidade do Porto, por exemplo, uma carquejeira subir calçada a rampa da corticeira com 23% de inclinação com cargas que podiam chegar aos 50 quilos, rampa esta que nem os animais conseguiam subir. O mesmo aconteceria com as vendedoras que diariamente percorriam quilómetros para abastecer a cidade do Porto de bens essenciais, como legumes, pão, leite, carvão, entre outros trabalhos de transporte de cargas, com sapatos de pouca qualidade.

Note-se, que é precisamente esta mesma população de carregadores e vendedores a visada no regulamento lisboeta contra o pé descalço, também de 1928, quando refere que “Tendo-se verificado que na cidade de Lisboa apenas os vendedores ambulantes andam de pé descalço (...) faça saber” [5].

Não obstante as reações sociais que pretendiam justificar o não uso de calçado, para a Liga e seus colaboradores os motivos eram outros, personificados em vários “inimigos poderosos” que obstavam ao sucesso da campanha. Neste âmbito, o adversário mais duro de vencer seria a “audaciosa ignorância” e a “teimosa inconsciência” da população que não cedia aos salutares conselhos. Incultura, hábito, usança profundamente enraizada na sociedade, interesse mal compreendido pela população, falsa percepção de que se estaria a economizar ao não comprar calçado (quando o valor mais importante a poupar era a própria vida), seriam, portanto, os principais motivos que explicavam a difícil adesão da população à proteção dos pés.

5. Uma questão de saúde e de civilização

A campanha contra o pé descalço foi mais do que um movimento em prol da higiene e saúde pública; foi uma campanha de higiene social, na medida em que apelou simultaneamente a valores sanitários, humanitários, morais e patrióticos, num contexto político-social mar-

cado pela “busca de uma imagem nova e renovada da cidade” [6]. Neste âmbito, juntamente com a defesa da saúde pública, procurou-se elucidar a população para a importância de extinguir um sinal de pobreza, inferioridade moral e social – “Um descalço dá logo a ideia de um ser inferior, quase ao pé dos brutos, na escola animal e social” [5] – no sentido de generalizar a imagem de um país civilizado, principalmente junto dos estrangeiros que visitavam o país.

Estas dimensões, conseguimos percebê-las claramente através dos discursos produzidos no âmbito do acolhimento desta iniciativa, vindos das diversas instituições da cidade e em artigos publicados na imprensa de maior divulgação.



Figura 9: Cartaz distribuído pelo Governo Civil do Porto no âmbito da campanha contra o Pé Descalço. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social – Arquivo Distrital do Porto

Deste modo, tanto se aplaude a iniciativa de combater ao “hábito anti-higiénico e perigoso pelas doenças e infeções”, tão “pernicioso e rotineiro”, como se elogia a ação determinante para pôr fim a um costume “contrário aos mais elementares princípios de decoro físico; hábito aviltante que nos envergonha”⁵, uma “manifestação de barbárie inconcebível numa cidade com foros de civilização (...) que nos envergonha e deprime ante os estrangeiros”⁶.

A vergonha nacional sentida perante os estrangeiros que visitam o nosso país foi, assim, uma marca discursiva predominante nesta campanha. Os “outros”, sempre melhores e mais civilizados que os portugueses, eram alguém cuja percepção negativa do nosso país importava e chocava o espírito dos mais nacionalistas.

Neste âmbito, tanto a Liga como os jornais, fizeram divulgar vários depoimentos indiretos de pessoas que visitaram algumas cidades portuguesas e que terão ficado desagradavelmente surpreendidas com Portugal. Como foi o caso de uma “ilustre senhora de nacionalidade belga”:

⁴ O problema do transporte de cargas feito por seres humanos foi uma realidade social que também motivou a intervenção da Liga Portuguesa de Profilaxia Social. Ao longo da primeira metade do século XX, a Liga denunciou o “panorama desumano e vergonhoso do transporte de cargas feito por indivíduos”, à “cabeça, às costas, aos ombros ou puxando carros no lugar dos animais”. Foram especialmente enaltecidos os efeitos nocivos para a saúde dos trabalhadores – risco de aborto, quando o trabalho era executado por mulheres grávidas, deformações físicas por peso excessivo, e mesmo risco de morte, como era o caso do perigoso trabalho do desembarque de carvão, e não só, nas zonas ribeirinhas.

⁵ Carta do Ateneu Comercial do Porto à direção da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 14 de fevereiro de 1928. Fundo da LPPS. Arquivo Distrital do Porto.

⁶ Carta da União dos Empregados no Comércio do Porto à direção da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, 18 de fevereiro de 1928. Fundo da LPPS. Arquivo Distrital do Porto.

Alguns dias após a sua chegada ao Porto, confidenciou-nos que a sua primeira impressão ao entrar em Portugal, era de que estava num País de selvagens, tal a quantidade de pessoas descalças e mulheres carregando pesados fardos à cabeça que viu [5].

Ou ainda, um artigo de Leitão Barros para o jornal “O Século”, de 23 de outubro de 1938, que contava como se impediu que um conjunto de crianças descalças fosse figurar como postal representativo de Portugal na Alemanha:

Há algumas semanas tivemos a pachorra de parar o automóvel em que seguíamos, para evitar que um grupo de excursionistas alemães fotografasse em Lisboa, como documento inédito, um grupo de petizes descalços, engraxadores aos 10 anos, que posava para os estrangeiros. Ameaçamos com um guarda de polícia e a garotada fugiu [5].

Conclusões

O contexto político-social das primeiras décadas do século XX, marcado pela difusão dos princípios do sanitarismo, aliado ao desejo de renovar a imagem do país perante os outros, os estrangeiros, contribuíram para o grande acolhimento que teve a campanha contra o pé descalço não apenas na cidade do Porto, de onde partiu, mas também nas principais cidades portuguesas, Lisboa e Coimbra.

Por outro lado, a campanha foi também um processo que criou resistências por parte da população, que não se animou tão facilmente como as elites médicas e sociais para a resolução deste problema, o que explica as dificuldades e a longevidade deste combate. Razões de ordem económica e de comodidade para certos tipos de trabalho eram motivos que levariam as pessoas a andarem descalças.

Foi possível apreender melhor, através desta campanha em torno da defesa de um problema de saúde pública, a conjuntura social e económica da população. Deste modo, conseguimos aferir que o pé descalço, uma “vergonha nacional que urgia extinguir”, não era caso único na série de “vergonhas” generalizadas e persistentes na cidade do Porto e arredores, como a pobreza extrema, a elevada mortalidade infantil, a habitação insalubre, o elevado custo de vida, os transportes de cargas feitos por seres humanos como

se de animais se tratassem, entre outros problemas para os quais a Liga também chamou a atenção dos poderes públicos.

Se há relatos que aplaudem a campanha e focam a pertinência deste combate sob o ponto de vista sanitário, conscientes da elevada mortalidade e deformações causadas pelo tétano, a grande maioria dos documentos não faz a mínima referência a este assunto. A preocupação com a perceção dos “outros”, sempre muito importante para alguns, assumiu variadas vezes um lugar preponderante ao longo da campanha. Perceção esta que pouco ou nada significaria para uma população que muitas vezes vivia no limbo da existência.

Concluimos, igualmente, que este parece ter sido um fenómeno essencialmente urbano, com os seus regulamentos, multas, impressos e cartazes distribuídos nas artérias de maior movimento citadino. No decorrer desta investigação, não conseguimos ter perceção da dimensão do problema fora destes centros e em zonas mais rurais do país, e como foi acolhida, se é que lá chegou, a campanha em torno da abolição do pé descalço.

Por último, destacamos o enquadramento do nosso artigo no dossier temático da revista, subordinado ao conceito *One Health* – novas abordagens históricas em contexto pós COVID-19.

Tal como aconteceu no passado, com a campanha contra o pé descalço, ou mais recentemente no contexto da pandemia de COVID-19, a história coloca em evidência as semelhanças e os desafios enfrentados pelas comunidades perante uma crise epidémica ou uma determinada doença, com é o caso das resistências sociais que se criaram em torno das políticas sanitárias. Mas não só. Cada vez mais, revela-se evidente a necessidade de uma abordagem multidisciplinar em saúde pública que integre, não só diferentes disciplinas e perspetivas, mas também as populações e os seus contextos socioeconómicos, tal é a interdependência de variados fatores – saúde humana, animal e ambiental – que o conceito *One Health* destaca. Neste ponto, a investigação histórica ajuda a perspetivar esta interação na longa duração e em diferentes cronologias, apontando caminhos para a formulação de políticas mais sustentáveis tendo em conta os desafios comuns que enfrentamos.

Conflitos de interesse

A autora declara que não existem conflitos de interesse relacionados com o presente artigo.

Bibliografia

1. Heras B, Alves J. Fotografia e Profilaxia Social. A visão do «outro» nas campanhas da LPPS. CEM: Cultura, Espaço e Memória [Internet]. 2015; 6: 125-144. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4748/4434>
2. Vieira I. «Em Prol do Bem Comum». O contributo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social para a educação higiénica no Porto (1924-1960). CEM: Cultura, Espaço e Memória [Internet] 2014; 5: 101-116. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4786/4468>
3. SNS 24 [Internet] Tétano. Disponível em: <https://www.sns24.gov.pt/tema/doencas-infeciosas/tetano/#como-se-transmite>
4. OMS – Organização Mundial de Saúde [Internet] Tétanos. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/tetanus>
5. Liga Portuguesa de Profilaxia Social. O Pé Descalço. Uma vergonha nacional que urge extinguir. Porto: Imprensa Social; 1956.
6. Heras, Beatriz de las, Jorge Alves. 2015. “Comunicação visual e sanitarismo entre as duas Grandes Guerras – os cartazes da Liga de Profilaxia Social (Porto-Portugal)”. In *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, 271-281. Porto: CITCEM
7. Arquivo Distrital do Porto. Fundo da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Campanha “O Pé Descalço”(1928-1956). Disponível em: <http://pesquisa.adporto.arquivos.pt/details?id=1702801>
8. Ramos, Luís A. de Oliveira. História do Porto. Porto: Porto Editora; 1994